

ÉTICA NA DEGRADAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

*Prof. Ms. Francisco Antônio F. de Almeida**

Resumo: Este artigo constitui-se numa reflexão acerca dos elementos sócio-históricos determinantes da condição de degradação da ética na sociedade capitalista, apresentada em forma de Conferência durante o IV Simpósio de Filosofia do Instituto Teológico-Pastoral do Ceará, em maio de 2008. Visa trazer ao debate acadêmico o caráter degradado do “modus vivendi” capitalista, com destaque para as particularidades da sociedade brasileira. Para desenvolver esta reflexão, utiliza-se o suporte teórico de autores como Max Weber, Gabriel Cohn, Manfredo Oliveira e R. Mancini. Ao final deste artigo são apresentados alguns desafios, no campo da sociabilidade, nos níveis global, local e individual, na perspectiva de resgate de uma ética da vida que supere a ética da morte, característica do mundo atual.

Palavras-chave: Ética da degradação; Capitalismo; Max Weber; Sociabilidade.

Abstract: This article constitutes in a reconsideration about social-historic elements determining the condition of ethics' degradation on the capitalist society, presented in figure of Conference during the IV Symposium of Philosophy of Instituto Teológico-Pastoral do Ceará, May, 2008. It drives at bringing to academic discussion the degraded character of the capitalist “modus Vivendi”, with eminence to the details of brasilian society. For developing this reconsideration, it's made use of authors' theoretician support, such as Max Weber, Gabriel Cohn, Manfredo Oliveira and R. Mancini. At the end of this article some challenges are presented, in the field of this article some challenges are presented, in the field of sociability, at global, local and individual levels, with perspective of resuing a life's ethics that overcomes a death's ethics, characteristic of the present world.

Keywords: Ethics of debasement; Capitalismus; Max Weber; Sociability.

Introdução

Para refletir sobre Ética na Degradação, a partir do ponto de vista sócio-histórico, toma-se como referência, em primeiro lugar, uma compreensão de ética enquanto princípio universal fundado na possibilidade de realização humana plena, tendo o social como espaço

fundamental de realização da felicidade e a justiça como critério primordial da própria condição de felicidade.

Em segundo lugar, partindo de uma abordagem sociológica da realidade social contemporânea, analisa-se o paradigma ético da sociedade capitalista globalizada, considerada aqui **intrinsecamente degradada**, e a possibilidade de realização de uma outra ética, a da felicidade humana, o que passa, sobretudo, por uma redefinição do paradigma de política e de sociabilidade.

Toma-se como referência de análise a sociedade brasileira nas suas particularidades histórico-culturais, que tornam o Brasil uma sociedade complexa e culturalmente impregnada de elementos não-éticos que geram muitos entraves políticos e econômicos para a construção de uma sociedade mais justa e humana. Por fim, são apresentados alguns desafios a uma redefinição cultural que nos aponte a possibilidade de um resgate da ética da vida, superando a ética da morte e do lucro, característica da sociedade capitalista.

1. Paradigma Ético: evolução histórica.

A ética surge no seio da pólis grega como reflexão filosófica sobre os critérios para a produção da vida com dignidade. Portanto, tem como ponto de partida a própria realidade humana, na sua dimensão ontológica, e na sua dimensão política, como afirma Aristóteles na *Ética a Nicômaco*. Portanto, a ética possui uma determinação eminentemente social.

Assim, o paradigma antigo definia a ética como princípio universal para os procedimentos humanos, fundada numa atitude humana marcada pela realização da virtude, consubstanciada na realização do bem comum. Assim, a felicidade ou a realização do sujeito está condicionada pela realização do outro. O homem, em sua práxis, produz a si mesmo e ao mundo como condição de sua realização identitária, como busca incessante de completude. Afirma Oliveira:

“A práxis é a busca árdua de uma identidade a partir das diferenças, o tornar-se o que ainda não é. Assim, a sua primeira tarefa é a construção de si mesmo, uma vez que não recebendo uma determinação plena a partir de seus instintos, o que se revela por suas perguntas, é interpelado a dar uma orientação fundamental a seus impulsos de busca

de si, ou seja, articular o princípio de sua ação e, a partir daí configurar projetos, nos quais ele se impõe como um todo em jogo.”¹ ”

Ou seja, o homem parte de si, dos questionamentos sobre o sentido de sua existência, para o mundo, construindo-o pela sociabilidade, e produzindo racionalmente e materialmente sua existência. Trata-se, portanto, de um processo intersubjetivo de produção da vida, do mundo, enquanto necessário lugar comum de uma existência humana digna.²

Assim, neste primeiro paradigma histórico, constitui-se a ética como exigência suprema, pois o ser humano se realiza fundamentalmente em duas instâncias: a do sujeito individual e a do sujeito intersubjetivo. E a efetivação da dignidade humana, por meio da justiça, é condição indispensável de realização do ser humano, focado, portanto, na ação individual articulada à vida social com vistas a um objetivo político, que é a própria efetivação do bem comum.

O segundo grande paradigma ético é a perspectiva da Modernidade, cuja responsabilidade com o bem comum é transferida do âmbito do indivíduo socialmente situado, para o âmbito institucional do Estado. Na modernidade, a Razão humana, autônoma e soberana, era concebida como a única capaz de produzir uma representação crítica sobre o mundo. E uma de suas necessidades fundamentais era a hegemonia do sistêmico. A ética sai da esfera do compromisso individual com a sociabilidade para a esfera do poder institucional.

Como única referência de sentido, a razão moderna suplantou a moral religiosa, produzindo um vazio ético que tornou relativos valores até então universais e fragmentou a compreensão sobre o bem comum, que seria refecial para a vida cotidiana e global. Afirma G. Mancini, comentando Hans Jonas: *a razão perdeu os fundamentos dos quais teria sido possível deduzir aquelas normas universais às quais hoje se recorre para regular o curso do progresso tecnológico.*³

Neste sentido, a reflexão sobre ética deixa de ser referencial para o cotidiano, onde se vive a política em seu sentido lato, para ser privativa da esfera institucional, partidária, tendo o Estado como campo privilegiado de realização. Neste contexto da modernidade, segundo Max Weber⁴, podemos distinguir, do ponto de vista da ação política

¹ Oliveira, 2001: pág. 111.

² Oliveira, 2001.

³ MANCINI et al. 2000: p. 29.

⁴ WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

institucional, dois modelos de ética: a **Ética da Convicção** e a **Ética da Responsabilidade**.

Na **Ética da Convicção**, os valores e interesses de quem exerce o poder são o ponto de referência para a ação política. Baseia-se num fundamento independente da ação política⁵. O ato baseado na convicção não envolve necessariamente a responsabilidade com a forma e os meios utilizados para o desenvolvimento da ação. Portanto, a ação por convicção pode se traduzir em atos irresponsáveis, considerados pela sociedade como anti-éticos. Em outras palavras, prevalece a perspectiva da máxima Maquiavélica, de que os *Fins justificam os meios*⁶.

Já na **Ética da Responsabilidade**, o que condiciona a ação política não é tanto a convicção fundada no valor moral ou ideológico, mas é antes a exigência de responsabilidade do sujeito político com as conseqüências de suas ações no exercício do poder. Ou seja, quem exerce o poder é medido pelos compromissos que assume na ação do estado e não tanto pelos seus valores ou convicções pessoais. Assim, agindo unicamente nesta perspectiva há o risco de que o agente político institucional assuma compromissos e responsabilidades com interesses de indivíduos e grupos que não representam a coletividade maior e não visem ao bem comum.

Enfim, a modernidade produziu a secularização do cotidiano, da política e da economia, onde o homem se tornou independente e autônomo, e a partir do qual o princípio liberal da liberdade individual se impôs como máxima cultural do *modus vivendi* capitalista. A concepção de ética desvinculou-se da vida social e do próprio imaginário dos indivíduos, tornando-se patrimônio quase exclusivo da esfera da política institucional.

O terceiro grande paradigma ético é produzido no bojo de nossa contemporaneidade, naquilo que convencionamos chamar de pós-modernidade. Nela, na pós-modernidade, a razão fragmentou-se, tornando-se ainda mais relativa. O estabelecimento da verdade passou a ser essencialmente um ato de poder. Como afirma M. Oliveira: *A verdade, conhecimento, o discurso e a experiência tornaram-se fluidos, efêmeros. E a economia tornou-se o grande referencial da definição da vida e da política*⁷.

⁵ COHN, Gabriel. *Ética na Política*. São Paulo: Cultura Marcas, 2006.

⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*/ tradução de Antônio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2006.

⁷ Oliveira, 2001: p. 06.

A moral religiosa, já destituída de poder e de referência pela modernidade, também se fragmentou e foi relegada ao âmbito privado. A economia passou a ser o fim determinante da vida social. É o que se reflete a seguir.

2. A Sociedade pós-moderna e o triunfo da não-Ética.

Na pós-modernidade a ética se constitui como referencial superficial e individual, fruto unicamente da vontade do sujeito, que é forjado dentro de uma lógica em que o humano torna-se uma coisa, uma mera mercadoria. Sendo a economia a base referencial para a produção do sujeito e da sociedade. O humano, como todas as demais coisas, torna-se descartável, e o outro agora é nosso inimigo, nossa morte.

O movimento de globalização da economia e a terceira revolução tecnológica trouxeram a flexibilização das fronteiras do mercado e a aceleração, em tempo real, da transmissão de informações, o que supõe uma transformação cada vez mais rápida de valores, costumes, comportamentos e condutas. O local e o global estão agora em constante ligação e conflito. Do ponto de vista tecnológico, a vida cotidiana é facilitada por uma parafernália eletrônica que, contraditoriamente, aproxima e distancia as pessoas.

A rede mundial de computadores trouxe importantes benefícios para a humanidade, principalmente no campo da comunicação, agilizando contatos, repasse de informações, transações econômicas, sendo fonte de pesquisa e de transmissão de cultura. Mas também proporcionou a marginalização de culturas regionais e locais, e o aprofundamento de grandes mazelas sociais, favorecendo a proliferação de práticas criminosas, fundamentalismos e todo tipo de atos ilícitos. Também motivou hábitos que aprofundaram o individualismo, o consumismo e o relativismo exacerbado, tornando o ser humano cada vez mais violento, insensível e cruel.

Pode-se, portanto, com clareza, afirmar que de fato, do ponto de vista sócio-histórico, a sociedade capitalista pós-moderna globalizada é essencialmente marginalizadora e excludente. Isto se dá na medida em que o *modus vivendi* capitalista é fundamentalmente produzido tendo o lucro como elemento determinante e o homem como objeto desse processo. Em outras palavras, na atualidade vivemos uma radical inversão de valores, na qual o homem deixa de ser um sujeito que se realiza em si mesmo a partir da afirmação de sua dignidade, para ser

objeto de sua própria ambição individualista produzindo um mundo social, política, econômica e ambientalmente degradado.

Assim, o critério último do paradigma ético pós-moderno é a eficácia no mercado, abandonando-se, dessa forma, todos os dilemas éticos que contribuíam para a formação de uma existência crítica do homem em sociedade. O resultado disso é a produção de uma sociedade essencialmente degradada, sem limites de valor (a não ser o econômico), na qual a vida é banalizada e os agentes políticos são abstratos e descomprometidos com a realização humana, porque preocupados com suas próprias posições no exercício do poder.

O Brasil, colonizado pelos portugueses, mas marcado pela presença de vários outros povos do mundo (espanhóis, holandeses, franceses, alemães, italianos, japoneses, e outros) ao longo de sua história, é produto da expansão territorial e econômica capitalista mercantil européia a partir do século XVI. É, portanto, culturalmente forjado a partir da lógica do paradigma de uma ética da convicção, na qual o princípio do lucro e da exploração econômica é o determinante da vida social, e redefinido na lógica da ética pós-moderna, fundada por forte relativismo, individualismo e desprezo pela vida humana.

Nossas histórias econômica e política foram construídas de maneira dependente dos interesses das elites estrangeiras, com a formação de uma elite nacional mesquinha, marcada por uma mentalidade patriarcal, escravocrata e predatória, que faz da corrupção o princípio fundamental de sua prática social e política. Tal situação contribui para uma indiscriminada evasão de recursos públicos, e também para o aprofundamento dos problemas sociais tratados de maneira paliativa, gerando um grande descrédito das instituições políticas do país.

Faltam políticas públicas eficazes de educação, saúde, trabalho e renda, gerando o aumento das problemáticas sociais e contribuindo para a produção de conseqüências sociais danosas a sociedade, como a produção de uma situação de violência quase que estrutural, que tornam os cidadãos reféns do medo e de sua indiferença com relação às mazelas sociais que sua própria omissão ajuda a produzir. Falta continuidade nos planejamentos sociais e econômicos de longo prazo do Estado, devido à excessiva personalização política das ações do Estado brasileiro, que se coloca como refém do capital, tratando as instituições da sociedade como meros balcões de negócio para efetivação dos interesses daqueles que legitimam os detentores do poder político em suas diversas esferas.

Nossa vida social e política é fragmentada, mergulhada num cotidiano imediatista e individualista em que nos preocupamos apenas com a reprodução de nossa existência econômica individual e fazemos do outro, principalmente o pobre e excluído, o nosso algoz. Nesta sociedade degradada que produzimos, vivemos um momento profundo de crise do modelo de democracia. Nossa participação política é artificial e superficial. As decisões políticas são extremamente centralizadas e manipuladas pela influência dos *lobbies* dos mais diversos setores das elites econômicas do país.

Por fim, vivemos uma cultura do Superficial. Nossa vida cultural é profundamente marcada por preocupações com a aparência, construtoras de belas fachadas por trás das quais se agita séria crise de identidade, conseqüente a uma história de submissões que vem amordaçando nosso potencial criativo ao longo da história. Um outro aspecto importante é que, nesse contexto, nossa participação social é apenas caricatural. Estamos acostumados a deixar as decisões importantes para o outro. Colocamo-nos numa situação geral de passividade frente aos grandes problemas ou desafios sociais do mundo ao nosso redor, fazendo dos acontecimento meros espetáculos para a nossa distração.

Somos, em nosso dia-a-dia, engolidos pela forte ideologia que propaga o individualismo como valor supremo, tornando-nos muitas vezes indivíduos frios, insensíveis, quase autômatos frente aos grandes males da sociedade de hoje. Do ponto de vista da sociedade, percebe-se um grande corporativismo das instituições políticas, de classe, organizações sociais e religiosas em geral, que as levam a não se preocuparem com o bem comum geral, mas com o bem da própria instituição ou a se preocuparem de maneira apenas superficial e assistencialista. Nossa organização social é fragmentada, o que dificulta a articulação para o bem comum.

Considerações não conclusivas.

Diante do exposto, não é difícil concluir-se que a sociedade atual é essencialmente não ética, pois é degradada na sua raiz: a lógica capitalista. Para não ficar apenas numa constatação pessimista da realidade em que nos inserimos, o debate crítico proposto pela filosofia e pelas ciências sociais aponta a necessidade de uma transformação cultural ampla, que envolve as dimensões global, local e individual.

Do ponto de vista global, emerge a necessidade de resgate do paradigma ético universal, tendo a afirmação dos direitos humanos como

fundamento de uma possível governança global. Isto supõe uma redefinição da mentalidade e da forma de fazer política, numa ação articulada entre os povos e as culturas particulares. Sobre isso, afirma Mancini:

(...) Para que mude a práxis consolidada na política e na economia, nas relações internacionais ou na relação com o ambiente natural, é preciso as culturas colaborem para modificar as coordenadas orientadoras, as idéias, as representações, as linguagens, os códigos jurídicos que até agora, de forma abrangente, justificam aquela práxis.

Ou seja, essa mudança cultural global está diretamente relacionada a uma transformação cultural em âmbito local e individual. Em nível local, os povos precisam rever seus paradigmas sociais e jurídicos na perspectiva do resgate de valores que tenham validade universal, mas que preservem as identidades particulares sem fundamentalismos, e tenham na preservação sustentável e responsável da vida humana, e do patrimônio natural do planeta, o princípio norteador das práticas sociais, individuais e institucionais.

Ora, essa reviravolta ética supõe um compromisso de cada indivíduo com uma adesão pessoal à edificação do bem comum através de uma ação que articule convicção e responsabilidade. Isto significa que é preciso um ato supremo de cada indivíduo na rejeição dos atuais padrões da vida social: individualismo e consumismo exacerbados, relativismo extremado, insensibilidade e banalização da vida humana, atitude predatória com a natureza.

Trata-se da necessidade, em nível pessoal, de uma transformação do ser, pensar e agir do sujeito, o que supõe uma conversão pessoal a um outro paradigma ético fundado na realização suprema do bem. Como afirma Mancini:

“(...) A conversão da inteligência e dos sentimentos no sinal da bondade é uma condição indispensável e permanente, ainda que em si insuficiente, para a construção de uma ética realmente capaz de universalidade. Essa conversão só se produz no agir cotidiano. A mundialidade, como comunidade humana livre e solidária não poderá se dar sem uma caminhada em tal direção de cada povo; mas essa caminhada, por sua vez, só começará com o concurso da vontade, dos sentimentos, da inteligência e, acima de tudo, pela ação responsável dos

indivíduos. A bondade, que não é meramente privada, é a bondade do agir gerado pela responsabilidade”.⁸

Inserido no mundo globalizado, o Brasil também precisa passar por uma profunda redefinição cultural, consideradas a suas particularidades históricas. O papel importante que esse país tem desenvolvido na política internacional e a capacidade mínima de recuperação econômica e social que tem apresentado na última década, apesar das profundas distorções e desigualdades sociais que ainda permanecem, demonstram que a sociedade brasileira tem grande potencial de mudança.

Para isso, é necessário que indivíduos e instituições percebam a necessidade de sua redefinição cultural. Num país onde o chamado *jeitinho brasileiro* é a manifestação popular mais expressiva de uma cultura distante do que seja uma ética do bem comum, favorecendo a proliferação de atitudes desonestas e corruptas em nome apenas do bem individual, urge a necessidade mudar mentes e práticas. Para isso, é preciso que a sociedade brasileira, através de suas diversas instituições, perceba a necessidade de mudança no *modus vivendi* atual e se empenhe nesse processo de mudança cultural.

Nesse sentido, é possível apontar dois grandes desafios para a superação da condição de degradação social da qual somos herdeiros. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade urgente de redefinição da opção macro-econômica voltando-se para alternativas de geração de emprego e renda que valorizem os pequenos e médios produtores, redefinindo e fortalecendo o papel do Estado através da ampliação dos mecanismos diretos de participação da sociedade nas grandes decisões políticas e reduzindo a centralidade econômica do mercado. Mudar a lógica da economia, fazendo dela novamente um meio de realização humana e não um fim em si que escraviza a humanidade e degrada o ambiente em que vivemos.

Para isso é necessário mudar nossas instituições políticas, tornando-as mais participativas, democráticas, transparentes e menos corporativistas. Criar novos instrumentos de participação direta da sociedade nas decisões econômicas e políticas que afetam diretamente a vida do povo. Rever o sistema eleitoral de modo a torná-lo mais educativo, participativo, crítico, transparente e passível de monitoramento social.

⁸ MNCINI et al. 2000: p. 208.

Em segundo lugar, vem a retomada de uma práxis educacional que supere a superficialidade da mera preparação técnica para o mercado e resgate a ética como princípio fundamental de formação humana e profissional para a promoção da vida. Trata-se de uma educação que tem como fim primordial a produção da dignidade e da felicidade humana, de maneira a contribuir para a superação da ideologia do individualismo e da cultura da não participação na vida política da sociedade.

Estas são apenas algumas pistas que se constituem como possibilidades para o início de um processo de transformação cultural, que possa redefinir indivíduos e instituições para a desconstrução do mundo degradado em que vivemos, com vistas à construção de um outro mundo, fundado na lógica da vida em abundância.

Referências bibliográficas.

- COHN, Gabriel. **Ética na Política**. São Paulo: Cultura Marcas, 2006.
- MANCINI... (et al.; tradução de Maria Cecília Barbute Attié). **Éticas da Mundialidade: o nascimento de uma consciência planetária**. São Paulo: Paulinas, 2000. Coleção Ética e sociedade.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**/ Tradução de Antônio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- OLIVEIRA, Manfredo de Araújo. **Desafios Éticos da Globalização**. São Paulo: Paulinas, 2001.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- _____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

**Prof. Ms. Francisco Antônio F. de Almeida*

Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará.
Professor do ITEP.